



ENSINO DE PATRIMÔNIO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: A FEIRA LIVRE COMO LEGADO AFRICANO EM IGUATU-CE

Jefferson Aleff Bezerra Batista¹

Universidade Regional do Cariri, Departamento de Educação, Crato, CE, Brasil.

Henrique Cunha Júnior²

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Tecnologias, Fortaleza, CE, Brasil.

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a feira livre em Iguatu-Ce como legado africano no ensino de patrimônio para o curso de arquitetura e urbanismo. Fundamentamo-nos no método da afrodescendência, que versa sobre a importância de da participação social de africanos e afrodescendentes na formação sociológica brasileira, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma prática de campo, essa ocorrida através das caminhografias. Utilizamos os registros fotográficos como técnica de coleta de dados na apreensão da realidade local como representação para uma análise crítica dos aspectos encontrados. Compreendemos a feira livre de Iguatu-Ce como espaço social de produção e reconhecimento das africanidades locais, atuando na efetivação e valorização da diversidade presente na história e cultura africana e afrodescendente.

Palavras-Chave: Ensino de Patrimônio; Feira Livre; Africanidades.

TEACHING HERITAGE IN THE ARCHITECTURE AND URBANISM COURSE: THE FREE FAIR AS NA AFRICAN LEGACY IN IGUATU-CE

Abstract: The objective of this research was to analyze the street market in Iguatu-Ce as an African legacy in teaching heritage for architecture and urban planning courses. We are based on the Afro-descendance method, which deals with the importance of the social participation of Africans and Afro-descendants in Brazilian sociological formation. We carried out bibliographical research and field practice, which took place through paths. We used photographic records as a data collection technique to capture local reality as a representation for a critical analysis of the aspects found. We understand the Iguatu-Ce

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: jeffersonaleff2@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1721-2210>

² Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. E-mail:hcunha@ufc.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>



street market as a social space for the production and recognition of local Africanities, working to implement and value the diversity present in African and Afro-descendant history and culture.

Keywords: Heritage Teaching; Free Market; Africanities.

ENSEÑANZA DEL PATRIMONIO EN EL CURSO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO: LA FERIA LIBRE COMO LEGADO AFRICANO EM IGUATU-CE

Resumen: El objetivo de esta investigación fue analizar el mercado callejero de Iguatu-Ce como legado africano en la enseñanza del patrimonio para cursos de arquitectura y urbanismo. Nos basamos en el método Afrodescendiente, que aborda la importancia de la participación social de africanos y afrodescendientes en la formación sociológica brasileña. Realizamos investigación bibliográfica y práctica de campo, que se desarrolló a través de caminos. Utilizamos registros fotográficos como técnica de recolección de datos para capturar la realidad local como representación para un análisis crítico de los aspectos encontrados. Entendemos el mercadillo Iguatu-Ce como un espacio social de producción y reconocimiento de las africanidades locales, trabajando para implementar y valorar la diversidad presente en la historia y cultura africana y afrodescendiente.

Palabras-clave: Enseñanza del Patrimonio; Mercado libre; Africanidades.

ENSEIGNEMENT DU PATRIMOINE DANS LE COURS D'ARCHITECTURE ET D'URBANISME : LA FOIRE LIBRE COMME HÉRITAGE AFRICAIN À IGUATU-CE

Résumé: L'objectif de cette recherche était d'analyser le marché de rue à Iguatu-Ce comme un héritage africain dans l'enseignement du patrimoine pour les cours d'architecture et d'urbanisme. Nous nous basons sur la méthode afro-descendante, qui traite de l'importance de la participation sociale des Africains et des afro-descendants dans la formation sociologique brésilienne. Nous avons effectué des recherches bibliographiques et des pratiques de terrain, qui se sont déroulées à travers des parcours. Nous avons utilisé des enregistrements photographiques comme technique de collecte de données pour capturer la réalité locale comme représentation pour une analyse critique des aspects trouvés. Nous comprenons le marché de rue d'Iguatu-Ce comme un espace social pour la production et la reconnaissance des africanités locales, travaillant à mettre en œuvre et à valoriser la diversité présente dans l'histoire et la culture africaines et afro-descendantes.

Mots-clés: Enseignement du patrimoine; Marché libre; Africanités.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Essa pesquisa aborda a relação entre o ensino de patrimônio no curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade São Francisco do Ceará em Iguatu-Ce e a



abordagem da cultura africana e afro-brasileira presente no espaço urbano das cidades. Comprendemos a educação como um ato político que visa à transformação social, tendo à necessidade de superação do racismo como meio de equidade social. Para tal objetivo, faz-se necessário fomentar os saberes e os legados da população africana e afrodescendente no Brasil, saberes esses que foram negados e invisibilizados pelo pensamento eurocêntrico traduzido em ações e práticas nas instituições formais de ensino.

Como oposição às narrativas tradicionais eurocentradas acerca dos lugares, é indispensável analisar os aspectos materiais e imateriais dos espaços, tendo em vista a dimensão étnico-racial. Partindo da ideia de que os africanos e afrodescendentes foram fundamentais para a formação social brasileira, a partir da transferência de seus conhecimentos especializados no início dispersão africana pela escravização de pessoas, nos importa (re)conhecer as matrizes culturais africanas presentes nos espaços da cidade.

A compreensão da dimensão do patrimônio cultural negro em sua essência promove a consciência espacial, implicando na possibilidade de intervir socialmente na realidade, como agente de transformação local. A educação para o patrimônio deve provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, considerando também as questões étnicas. Todos os estudantes de arquitetura e urbanismo sejam eles negros ou não negros precisam conhecer a diversidade cultural, como forma de superação das concepções eurocêntricas.

Diante desse contexto, podemos refletir sobre o nosso território local e suas africanidades³, especificamente, o município de Iguatu, situado no Centro Sul do Estado do Ceará. O Iguatu, assim como outras cidades do interior do estado, é marcado pela influência dos povos indígenas, bem como pelos descendentes dos povos africanos, gerando patrimônios culturais negros, como é o caso da feira livre. Deste modo, este trabalho tem como objetivo analisar a feira livre do Iguatu como legado africano no ensino de patrimônio para o curso de arquitetura e urbanismo.

Para tanto, utilizamos o método de pesquisa afrodescendente desenvolvido por Cunha Júnior (2013), que possibilita a/ao pesquisadora/or a inserção na ambiência pesquisada como parte da realidade, tendo como finalidade a ação política de

³ Da africanidade vem a origem dos conhecimentos e modos de vida africanos que se transformam na realidade histórica brasileira, e continuam se transformando, sob as pressões dos sistemas de dominação, produzindo a afrodescendência (CUNHA JÚNIOR, 2019, p.67).



transformação social, visibilizando a população negra e suas produções históricas e culturais.

Fundamentados/as no método da afrodescendência, realizamos uma pesquisa bibliográfica e visitas de campo. No que se refere à pesquisa bibliográfica, usamos como base, narrativas de confrontação ao eurocentrismo, fundamentadas nos estudos de Cunha Júnior (2020), Nunes e Santos (2011) e Silva e Silva (2021), que possibilitaram uma leitura e mais complexa e crítica sobre a ancestralidade material e imaterial presente nos espaços públicos. Como forma de superação da ideia de africanos e afrodescendentes serem vistos como subalternos e inferiores culturalmente, optamos por produções acadêmicas que colocam a negritude como protagonista da sua história.

Na etapa da pesquisa de campo foi realizada uma caminhografia urbana (ALVES; ROCHA, 2022), metodologia essa que permite explorar a cidade com o corpo atento, compreendendo as espacialidades do espaço, a partir de um deslocamento da experiência, registrando qualquer aspecto que provoque o pensamento.

Os estudantes matriculados na disciplina de Técnicas Retrospectivas e Patrimônio do curso de arquitetura e urbanismo de uma instituição privada em Iguatu-Ce realizaram as caminhografias nas ruas que compõem o centro da urbe iguatense, nas proximidades do mercado público, onde a feira livre acontece desde séculos passados. No decorrer das caminhografias os estudantes utilizaram os registros fotográficos como técnica de coleta de dados, usando esse instrumento de apreensão da realidade local como representação para uma análise crítica dos aspectos encontrados.

A feira livre configura-se enquanto legado africano no Iguatu-Ce, a partir da sua prática cultural e econômica e na espacialização do trabalho e produção dos produtos comercializados. Dessa maneira, a feira livre se apresenta como patrimônio cultural negro por excelência em relação ao reconhecimento das africanidades em Iguatu-Ce.

FORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO IGUATUENSE

Embora o nosso enfoque epistêmico e político seja a visibilidade do patrimônio cultural de matriz africana, se faz indispensável narrativas que tragam à tona a presença indígena local, como possibilidade de confronto às historiografias eurocêntricas e racistas.



Privilegiada por sua situação geográfica entre sete lagoas e possuidora de terras apropriadas para o plantio de cereais em geral, Iguatu fica a 345 km da capital do Ceará: Fortaleza. De clima quente e com uma população de mais de 100.000 (cem mil) habitantes, com cerca de 60% concentrados na área urbana, Iguatu é hoje o grande centro comercial da Região Centro Sul do Ceará.

Conforme nos diz Farias (2011), Iguatu é povoada desde 1600 pelos povos Quixelôs e Jucás⁴, tendo o nome de Telha, Iguatu recebeu antes as seguintes denominações: Sítio da Telha, Fazenda da Telha, Aldeamento da Telha, Missão da Telha, Freguesia da Telha, Santana da Telha, Povoado da Telha e Vila da Telha.

Iguatu ganha a configuração de Vila, passando a se chamar Vila da Telha, em 25 de janeiro de 1853, simultaneamente com a instalação do Município da Telha e da sua Câmara Municipal. Desmembrada do município de Icó, em 1853, Iguatu passou a categoria de cidade em 21 de agosto de 1874. Primeiramente batizada de Icatu e posteriormente de Iguatu, em 1883, mas foi como Missão da Telha e com o aldeamento dos povos Quixelôs, em 1719, que se iniciou a construção de uma capela dedicada a Senhora Santana. (NOGUEIRA, 1985).

Para se entender melhor os primórdios da construção da Capela Senhora Santana da Telha, não poderíamos deixar de citar a importância desse aldeamento pelos povos Quixelôs e Tapuias, silvícolas que habitavam essa região e que faziam telhas e panelas de barro no lado leste da Lagoa da Telha, por isso Missão da Telha.

Segundo Farias (2011), foram esses povos que escavaram, fizeram todos os alicerces e ergueram o primeiro templo, dedicado a Senhora Santana, utilizando a taipa, assim como outras habitações do aldeamento. A existência de construções em taipa, já nessa data, é um caminho para pensarmos a presença negra local, haja vista que tal técnica construtiva, de acordo com os estudos de Cunha Júnior (2010) é de origem africana, trazida para o Brasil através do escravismo criminoso⁵.

⁴ Kixelô, Kixariú (uma parte deles), Kixerariú – ou ainda Kixereu – (uma parte deles), Javô, Kixariú, Akarisú, Kariú e Juká, são alguns desses povos destacados no tronco linguístico dos Tarairiú, que habitavam nas proximidades dos rios Jaguaribe e “Truçú”, conforme elenca Studart Filho (1965).

⁵ O termo escravismo criminoso é utilizado como conceito semântico de importância para as populações negras na produção da história do Brasil. Utilizamos a concepção de escravismo criminoso como forma de combatermos as simplificações da explicação do processo escravista na sociedade brasileira e a naturalização pela história oficial desse fenômeno histórico. (CUNHA JUNIOR, 2023, p.73).



A presença de patrimônios culturais de matriz africana no Brasil e em específico nas cidades interioranas do Ceará nos faz repensar o significado da colonização como uma ação europeia. Conforme o pensamento de Querino (1980), a transferência do conhecimento africano por meio da especialidade do trabalho permitiu a formação social brasileira.

Conforme Silva e Silva (2021) a negação à presença negra nos lugares e a lacuna acerca de suas ações, se caracteriza como uma manipulação ideológica eurocêntrica, que busca impedir a consciência do protagonismo negro. Como contraposição a esse ideário da ausência negra Oliveira e Abreu (2010) afirmam que fundada a atividade mineradora, a mão de obra escravizada foi utilizada na agropecuária e no comércio, propiciando o desenvolvimento urbano.

Segundo Cunha Júnior (2010) durante o período colonial e imperial, o crescimento dos lugares se deu atrelado ao trabalho cativo, considerando-se as especialidades de saberes e técnicas, sejam eles na zona rural e na zona urbana, a exemplo da arquitetura, da agricultura, da pecuária e da tecelagem. Assim, no contexto igatuense, Farias (2011) discorre sobre o protagonismo negro na formação e elaboração arquitetônica das cidades, do cultivo de algodão e da existência de assentamentos religiosos.

Embasados na concepção de que africanos e afrodescendentes foram fundamentais para a formação sociocultural e para o crescimento econômico das cidades cearenses (NUNES; CUNHA JÚNIOR, 2011), nos importa compreender as africanidades presentes no território igatuense, especificamente aquelas que materializam a feira livre no espaço-tempo passado e presente.

Para Weimer (2008), as atividades ao ar livre são inerentes aos modos de vida da população africana, como algo transcendente. Dadas às condições históricas, os mercados e as feiras podem ser identificados como elementos importantes na estruturação social do meio urbano. Conforme nos diz Oliveira (2013), a feira livre é um local de aglomeração urbana, onde no seu entorno estabelecem-se atividades econômicas e culturais, marcadas por uma variedade de técnicas, das quais decorrem os produtos postos à venda, como as produções agropecuárias, de barro, de palha e de couro.

A feira livre foi trazida para o Brasil com o escravismo criminoso e considerando sua reelaboração cultural, se torna um espaço carregado de africanidades, cuja análise



reverbera na compreensão do protagonismo negro, nos artefatos materiais e imateriais da cultura negra (SILVA E SILVA, 2021).

A partir dos escritos de Nogueira (1985), nos deparamos com o resgate de suas memórias sobre a feira livre que ocorria, e ainda ocorre, durante os sábados, dinamizando assim os espaços públicos da cidade de Iguatu-Ce. Através das memórias de Nogueira (1985), compreendemos que a feira livre acontecia nos arredores do Largo da Telha, ocupando mais precisamente, a extensão da Avenida Agenor Araújo. Farias (2011) nos fala sobre a comercialização de telhas e utensílios de barro, bem como temperos, frutas, verduras e objetos de couro. (Figura 1).

Figura 1: Antiga feira livre em Iguatu-Ce



Fonte: IBGE, 1959.

Sobre os produtos de barro e de couro, Oliveira (2013) nos diz que é parte da herança cultural africana no Brasil, fruto de especialidades do trabalho, em geral não reconhecida pela historiografia de base eurocêntrica. E Cunha Júnior (2019) nos indica que o cultivo e ervas e temperos constitui uma prática ancestral africana reelaborada no território brasileiro a partir da diáspora africana, que se configura como manutenção e pertencimento.

Diante do exposto, compreendemos que através da espacialidade da feira livre, podemos alcançar uma parte das africanidades iguatuenses, contemplando os elementos materiais e imateriais negros presentes e confrontando o olhar eurocêntrico que tende a negar a presença negra no Ceará e em cidades do seu interior. Compreendendo que a feira livre se configura como um patrimônio cultural africano, é relevante que os cursos de



arquitetura e urbanismo, a partir dos estudos sobre patrimônio, se apropriem desses locais enquanto lócus de estudo da cultura de matriz africana no território brasileiro.

No intuito de apreender as africanidades da feira livre no campo da arquitetura e urbanismo, realizamos uma reflexão acerca do ensino de patrimônio, cujo objetivo é o alcance da consciência espacial e cultural do legado africano. Neste contexto, o presente trabalho se propôs a estudar a feira livre, presente no imaginário social, cujos sons e cheiros evocam memórias individuais e/ou coletivas⁶.

A FEIRA LIVRE COMO LEGADO AFRICANO EM IGUATU-CE

Conforme nos diz Santos (2012), as rugosidades do passado são estudadas na geografia do presente. Essas rugosidades são compreendidas como ações sociais de tempos pregressos, marcadas pela materialização de técnicas e modos de produção apresentadas através da relação sujeito-objeto.

Assim sendo, entendemos a feira livre como uma rugosidade do passado, resultante de ações sociais africanas e afrodescendentes, na produção, compra e venda de produtos, a partir de uma dimensão cultural de matriz africana, onde as especificidades do trabalho, o saber e o fazer são inclusos nas atividades. A feira se torna um espaço circular de vida, de socialização, de economia, de territorialidade e de significado histórico e cultural (SILVA E SILVA, 2021).

A feira livre de Iguatu-Ce propicia ações cotidianas de interação social, considerando não apenas a população local, mas frequentadores de localidades vizinhas, como Quixelô, Jucás e Caríus. O espaço da feira materializa a imaterialidade social, os processos que não podem ser percebidos pelo olhar superficial, se fazendo necessária uma análise crítica que nos leve a perceber as africanidades presentes neste ambiente social.

A educação para o patrimônio deve valorizar os aspectos que caracterizam a espacialidade do território, a sociedade e o modo de vida da comunidade, preservando as peculiaridades que compõem a história, o passado, e as marcas registradas da identidade local. Sendo assim, consideramos o fato de que não há uma análise profunda do espaço

⁶ Diante das imagens, acontecimentos e da importância para o grupo, a memória se insere como um retrato de um determinado período que a memória coletiva nada mais seria que a participação da memória individual sobre determinado acontecimento (HALBWACHS, 1990, p. 51).



desconsiderando a dimensão étnico-racial, sobretudo quando pensamos o território brasileiro e as influências do conhecimento africano e afrodescendente.

Para Holanda (1997) um dos efeitos da “democracia racial” foi a folclorização das manifestações culturais afro-brasileiras, gerando o apagamento das contribuições para a cultura e história afro-brasileiras. Esse ocultamento da diversidade étnico-racial impediu que a comunidade afro-brasileira tivesse as suas memórias, suas histórias e seu patrimônio preservados.

Portanto, uma questão importante a ser enfrentada na perspectiva de uma educação antirracista, é desconstruir as narrativas eurocêntricas e dominantes que têm buscado omitir e negar as contribuições dos grupos étnicos, particularmente, dos afrodescendentes e indígenas, na tentativa de privá-los de suas histórias e memórias (ZUBARAN; SILVA, 2012).

Desta forma, os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo precisam ser repensados tendo como suporte os debates étnico-raciais e suas possíveis afirmações e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Para tanto, os docentes do curso de arquitetura e urbanismo devem aceitar o desafio da luta antirracista, tendo em vista que ao trabalharmos assuntos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro e/ou local, estamos fomentando a valorização dos saberes ancestrais e das práticas identitárias de uma população.

Faz-se necessária uma base teórica efetiva na formação inicial e continuada, para que novas estratégias de rompimento dos modelos eurocêntricos sejam efetivadas (NUNES; SANTOS, 2011). Com essa finalidade, nos cabe enquanto pesquisadores do patrimônio cultural, compreender a essência da feira livre de Iguatu-ce, atentando aos símbolos e às memórias sociais que as constitui.

Para realização do nosso trabalho, adotamos a metodologia da caminhografia, entendida como uma forma de investigação e percepção dos lugares a partir dos trajetos, buscando apreender elementos e processos locais. A metodologia da caminhografia associada a um aporte teórico relevante possibilita um olhar crítico e sensível sobre a realidade estudada, compreendendo as africanidades em sua dimensão material e imaterial.

Foram realizadas caminhografias no espaço urbano de Iguatu, mais precisamente no perímetro que circunda o mercado central, analisando a importância da feira livre para o desenvolvimento local. Durante os sábados os feirantes tomam as ruas centrais para pôr

à venda os seus vários produtos, resultantes de uma especialização do trabalho dos africanos e de seus descendentes. (Figura 02)



Figura 2: Feira livre em Iguatu-Ce aos sábados.

Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2024.

Ao longo do percurso da feira livre, é possível perceber uma enorme variedade de produtos, naturais e artificiais, como malas e sandálias de couro, roupas e acessórios, redes artesanais, limpadores de fogão, jarros e utensílios de barro, cadeiras de madeira, artigos domésticos feito de ferro, arroz, feijão, farinha, fava, verduras, etc. Vale ressaltar que o interior do mercado central pode ser pensado como uma extensão da feira, tendo em vista, que existem inúmeras bancas dispostas, onde são vendidos doces, mel, rapadura, castanha, grãos, etc. (Figura 03).



Figura 3: Produtos encontrados na Feira Livre.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2024.

Mesmo compreendendo a importância da feira livre como organismo gerador de processos sociais e articulador de aspectos materiais e imateriais, a Prefeitura Municipal de Iguatu em 2017 realizou um processo de requalificação e reconfiguração das barracas, criando o Centro de Feirantes. Compreendemos que tal intervenção foi impulsionada pelo setor econômico que vista a quantidade de permissionários e o valor arrecado pelos aluguéis. (Figura 4).

Figura 4:
Feirantes.



Centro de

Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2024.

Faz-se necessária aqui, a crítica ao sistema modernista que tende a transformar os espaços construídos, muitas vezes, desconsiderando a memória social, nesse caso, ligada às africanidades locais. É preciso que a gestão pública tenha um olhar sensível acerca da valorização da feira local como legado africano para o território iguatense, preservando a cultura negra que gera transformações urbanas e rurais.

Através da metodologia da caminhografia foi possível trabalhar uma variedade de concepções sobre o território e as relações sociais que lhe são inerentes. Os resultados construídos a partir das caminhadas tiveram como finalidade, levar os estudantes a alcançar o legado africano local a partir da educação para o patrimônio.



CONCLUSÃO

A educação é um ato político e, pode agir como um agente transformador do espaço, gerando assim possibilidades de combate ao racismo acadêmico. Nesse contexto, a educação para o patrimônio, presente nos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo, tem um papel fundamental, haja vista, que a preservação do patrimônio se dá por meio da compreensão do lugar e do conhecimento de práticas sociais, culturais e históricas.

Uma das perspectivas que podemos utilizar para a apreensão das africanidades locais é a caminhografia, esta metodologia sistematiza nosso olhar ao caminhar pelos espaços da cidade, nos permitindo uma relação afetiva na condição de pesquisadores. Nesse contexto, realizamos caminhografias na cidade de Iguatu-Ce, especificamente no território ocupado pela feira livre, espaço de trocas sociais e desenvolvimento das africanidades locais.

A feira livre como legado africano celebra não só a dimensão econômica, social e cultural, mas a dimensão étnico-racial, permitindo a renovação das práticas culturais da população africana e afrodescendente. Dessa maneira, a feira livre pode ser pensada enquanto fio condutor para o enfrentamento ao racismo por meio do ensino de patrimônio nos cursos de arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alissa Xavier Alves; ROCHA, Eduardo. Caminhografia Urbana: encontrar, experimentar e escrever com a cidade. *Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas-RS. 2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. *Interfaces de Saberes (FAFICA. Online)*. v. 1, p. 14-24, 2013.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 11, n. Ed. Especi, p. 65-86, 2019.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Espaço público, urbanismo e bairros negros. 1.ed. – Curitiba: *Appris*, 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. O escravismo criminoso no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 23, n. 241, p. 72-88, 2023.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: *CEAP*, 2010.



FARIAS, Gardevânia. O Conciso Inventário do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Iguatu. Fortaleza: *Expressão Gráfica e Editora*, 2011.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: *Vértice*, 1990.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. A mão afro-brasileira: resenha antiga. Dossiê Negro Brasileiro Negro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, 1997, p. 235-270.

NOGUEIRA, Alcântara. Iguatu: memória sócio-histórica-econômica. Fortaleza: *Editora Imprensa Oficial*, 1985.

NUNES, Cícera; CUNHA JUNIOR, Henrique. Os Congos de Milagres: a escola e o ensino da cultura de base africana no Cariri cearense. In: *Artefatos da cultura negra no Ceará*. CUNHA JÚNIOR et al.(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 41-45.

NUNES, Cicera; SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei nº10.639/2003 nas práticas educativas no cariri cearense. In: *Artefatos da cultura negra no Ceará*. CUNHA JUNIOR et al.(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 56-72.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. Feira Livre de Bodocó: memórias, africanidades e educação. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). *Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira-Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza. 2013.

OLIVEIRA, João César Abreu; ABREU, Roberto Cruz. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. *Revista Historiar*, ano 2, n. 1, p. 244-262, 2010.

QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. *Afro-Ásia*, n. 13, 1980.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: *USP*, 2012.

SILVA, Meryelle Macedo da; SILVA, Rafael Ferreira da. Feira livre e tradicional do Crato-Ce:: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 106, p. 138-152, 2021.

STUDART FILHO, Carlos. Aborígenes do Ceará. *Coleção História e Cultura*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

WEIMER, Günter. Interrelações arquitetônicas Brasil África. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 130-140, 2012.

Recebido em: 22.04.2024

Aprovado em: 22.05.2024